



# CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

- Estado de São Paulo -

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 19h32.**

Às dezenove horas e trinta e dois minutos do décimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, nas dependências do Cine São Pedro, a Audiência Pública que tem como tema o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2024, encaminhado pelo Poder Executivo a esta Casa de Leis. Presentes os Vereadores: Presidente – **VALCIR CONCEIÇÃO ZACARIAS**; Vice-Presidente – **MAURO SÉRGIO MODESTO**; 1º Secretário – **LUÍS CARLOS CORDEIRO DA SILVA**; 2º Secretário – **LUCIANO JOSÉ DE AZEVEDO**. Presentes os Vereadores: **ÂNGELO BARTHOLOMEU, ANTONIO VIDAL DA SILVA, DANIEL GALERANI, DENIS EDUARDO MACHADO, EDER CÔRREA DE OLIVEIRA, GILBERTO JUNQUEIRA, JOSÉ ROBERTO GIROTTO, JOSÉ RODRIGO DE PIETRO, ORIDES PREVIDELLI JUNIOR, MIRIAN PONZIO e VALMIR CARRILHO MARCIANO**. Foram convocados para prestar seus serviços nesta Sessão Ordinária os seguintes funcionários desta Edilidade: **ANA MARIA DAVOGLIO MOLINARI, ELISANDRA MACHADO VALADARES, ESTELA MARIA BIERAS GIBERTONI, FABIO LUÍS DE CAMARGO, JOÃO PEDRO CUCOLICCHIO ROSA, JOÃO VITOR MOHIEDDINE YULE, NILTON CESAR MORSELLI e ROSA MARIA ROMANO**. Foi convidado para participar desta Audiência Pública, e discorrer sobre o tema, o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal, senhor **CESAR AUGUSTO DE LIMA GOMES**. O Diretor de Contabilidade, **CESAR AUGUSTO DE LIMA GOMES** abriu a audiência com as explicações técnicas sobre o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. O Secretário explicou que a LDO de 2024 tem como base o plano plurianual (PPA) e as metas fiscais e financeiras nelas fixadas. Os assuntos regulados na LDO são as despesas e custeios dos entes e as despesas relevantes, e completou dizendo que a LDO precisa ser aprovada para posteriormente ser aprovada a LOA. O senhor **CESAR AUGUSTO** destaca que a LDO está amparada legalmente na Constituição Federal, artigo 165. A principal função da LDO é direcionar as ações serão prioridades no orçamento do próximo ano. Cesar continuou suas explanações, explicando que a LDO regulamenta e estabelece metas e prioridades. Destacou também que os principais objetivos do município serão garantir os programas municipais na Saúde, Educação, Esportes, etc. A LDO para o exercício de 2024 está com previsão de receita orçamentaria consolidada de R\$ 244.016.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões e dezesseis mil reais). Foi informado que os parâmetros para o crescimento da receita do município segue as diretrizes do Ministério da Fazenda. Em seguida, **CESAR AUGUSTO** detalhou os valores de repasse para a Câmara Municipal e os valores previstos para a Prefeitura, SAAET e IPREMT. O orçamento previsto para a manutenção da Câmara Municipal de Taquaritinga está por volta dos R\$ 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil reais). Para o IPREMT está previsto o valor de R\$ 35.091.000 (trinta e cinco milhões e noventa e um mil reais). Ao SAAET está previsto o valor de R\$ 23.853.000 (vinte e três milhões e oitocentos e cinquenta e três mil reais). Para a Prefeitura Municipal e suas Secretarias está previsto o valor de R\$ 184.665.000 (cento e oitenta e quatro milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil reais). Após, o Diretor de Contabilidade explica que a LOA é mais analítica, principalmente com relação aos gastos. Neste momento, é aberta a palavra a todos os presentes. O vereador **RODRIGO DE PIETRO** faz o uso da palavra, comentou sobre a situação financeira delicada do município, e pergunta se é de conhecimento do senhor Prefeito tudo que é pago pela Secretaria de Finanças. Foi respondido que sim, tudo que é pago tem conhecimento do Prefeito. Logo após, o vereador **BETO GIROTTO** fez o uso da palavra, e perguntou se há a previsão de arrecadação e despesa. Foi respondido que há a previsão de arrecadação de 244 milhões de



# CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

- Estado de São Paulo -

reais, e que no ano passado a arrecadação do município foi maior. Posteriormente, fez o uso da palavra o vereador **DR. VALMIR CARRILHO**. Valmir pergunta quem assina pela Secretaria Municipal da Fazenda. Foi respondido que somente o Secretário Municipal da Fazenda responde. Valmir pergunta por que foi diminuído o repasse de verbas do Governo Federal ao nosso município. Foi respondido que não sabe os motivos pelos quais houve essa diminuição nos repasses por meio do Fundo de Participação dos Municípios. Após, fez o uso da palavra a vereadora **MIRIAN PONZIO**. Mirian cumprimenta todos os presentes, e pergunta ao Diretor de Contabilidade o porquê dos milhões previstos no orçamento não são repassados aos órgãos e entidades municipais. Cesar responde que ele é da Contabilidade da Prefeitura, e que esse assunto é de responsabilidade da parte técnica da Secretaria de Fazenda. Em seguida, foi aberta a palavra ao público presente. O senhor Caio Forcel pergunta quanto tempo Cesar é servidor de carreira, pergunta sobre o pagamento de precatórios, e qual a base para a construção do orçamento. Foi respondido que o orçamento é baseado no PPA, que é servidor de carreira há 32 anos, e que não tem conhecimento sobre o pagamento de precatórios, e que somente o setor jurídico poderia responder. Respondeu também que os precatórios de grande valor não estão previstos no orçamento. Caio pergunta sobre o pagamento dos benefícios do IPREMT, se há previsão orçamentária, por que não há o pagamento. Cesar respondeu que há a dotação orçamentária mas não há recursos financeiros para realizar o pagamento da folha. Caio termina sua participação dizendo que a realização da audiência pública para discutir a LDO é fundamental, só que observa que nos últimos anos parece um grande teatro, pois nada da previsão orçamentária é cumprida. Após, o munícipe Marco Antonio Tafuri pergunta como será feito o pagamento do IPREMT. Foi respondido que a autarquia que faz e encaminha o orçamento à Secretaria da Fazenda para realizar os pagamentos. Posteriormente, o munícipe Michel pergunta por que não há pagamento de férias em pecúnia. Cesar responde que há um decreto que suspendeu o pagamento de férias em pecúnia. Neste momento, o vereador **DR. DENIS EDUARDO MACHADO** diz para todos que a participação e as perguntas devem ser pertinentes somente à LDO, e não sobre outros assuntos. Em seguida, o vereador **RODRIGO DE PIETRO** faz uso da palavra, e diz que não pode votar a LDO nesta sessão, pois não há orçamento do IPREMT para contemplar os pagamentos dos aposentados durante o exercício de 2024. Após, a munícipe Fátima Terezinha Balsani Caetano diz que não há previsão de orçamento para subvenção na LDO, e pergunta onde está previsto este orçamento. Foi respondido que não existe ainda essa previsão, pois a LDO ainda não foi aprovada. Cesar diz que precisa de aprovação da LDO e em seguida da LOA. O Diretor de Contabilidade diz que seria interessante cada autarquia apresentar e explicar o orçamento enviado à Secretaria de Fazenda. Após, fez o uso da palavra o vereador **LUIS CARLOS DA VILA**. Luis Carlos fala sobre o seu Requerimento endereçado ao IPREMT. Neste requerimento Luis Carlos solicita que o IPREMT realize uma auditoria para averiguar todas as informações, documentos e finanças do Instituto. Por fim, o vereador **LUIS CARLOS DA VILA** diz que precisa de explicações do IPREMT, principalmente sobre o orçamento para o ano que vem. Em seguida, o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal, **CESAR AUGUSTO DE LIMA GOMES**, agradeceu sua participação na Audiência Pública e comentou que participou desta Audiência Pública para explicar a LDO somente. Por fim, o Presidente desta Casa de Leis, senhor **VALCIR CONCEIÇÃO ZACARIAS** agradeceu a presença de Cesar Augusto e agradeceu também pelas explicações, e após fazer suas considerações finais, encerrou a presente Audiência Pública, às 20h12min. E para constar eu

---

**JOÃO VITOR MOHIEDDINE YULE**, lavrei a presente Ata, que conforme o disposto nos artigos 156 e 157 do Regimento Interno (ata eletrônica), a gravação encontra-se arquivada no sistema de gerenciamento eletrônico na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal.